

DA CONDIÇÃO DE POSSEIRO A ASSENTADO: A REALIDADE DO PAE EM ILHAS NO PARÁ

Rosane de Oliveira Martins Maia¹

Resumo: A Política Pública de Regularização Fundiária e a Reforma Agrária na Amazônia tendo como público as populações tradicionais ribeirinhas é nova. Trata-se de uma estratégia recente desenhada a partir do II PNRA (2003) que ampliou o público beneficiário da política de reforma agrária aos povos tradicionais. No período de 2004 a 2010 foram criados 253 assentamentos em ilhas estuarinas do Pará, e somente o INCRA-SR (01) foi responsável pela criação de 211 PAE nas ilhas em 23 municípios de sua jurisdição (BRASIL, 2010). Os assentamentos foram intensificados a partir do termo de Cooperação Técnica entre Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A estratégia de inserção das ocupações ribeirinhas ao programa de reforma agrária proposto no II PNRA (2003) foi desenhado pela integração institucional do Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão (MOPG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Possibilitando os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e o Termo de Autorização de Uso dos territórios ocupados pelas populações tradicionais ribeirinhas. O artigo busca desenvolver uma análise no campo da política pública, a fim de compreender a ação do governo nas questões fundiárias, que envolve as populações tradicionais ribeirinhas do Pará. A reflexão não aborda somente a política pública enquanto uma manifestação de mudança partindo exclusivamente do governo, mas reflete pressões de grupos de interesses e movimentos sociais que possuem espaço próprio de atuação, que buscam na captura de políticas públicas em responder suas demandas (FREY, 2000; FARIA, 2003; SOUZA, 2006). A organização social das comunidades ribeirinhas é baseada na gestão coletiva dos recursos de uso comum, a maioria delas é sustentada pela extração dos recursos de suas florestas e rios. As associações dos moradores das ilhas seriam alternativas de ação coletiva para melhor gestar esses recursos e garantir a competitividade do ribeirinho diante dos demais atores sociais, como também um instrumento político de negociação diante dos agentes públicos com objetivo de garantir aos seus representados a “sustentabilidade dos projetos”. Então, entender o desenho institucional da Política de Regularização Fundiária e Reforma Agrária, envolve a sua fundamentação teórica em sua prática real, compreender como as articulações das ações são localmente concretizadas a nível local pelo associativismo dos moradores dos PAE, tendo como objetivo compreender a sua maturação política e capital social na promoção de ação coletiva para melhor gestar os recursos naturais e como força política relevante nos processos que constituiu a política pública, para tornar os ribeirinhos parceiros de uma gestão compartilhada e não clientes de uma elite política.

Palavras-Chave: Política de Reforma Agrária, Regularização Fundiária, Uso e Gestão dos Recursos Comuns, Associativismo.

¹ Universidade Federal Rural da Amazônia.